



PROPOSTAS PARA O PROJETO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

1. **DE UMA FORMA MAIS GERAL, a reforma que precisa ser feita é *abertura total da Universidade às demandas da sociedade*.** É preciso que a Reforma formule um Plano de Expansão de vagas e cursos noturnos. Pede-se pensar, por exemplo, em um programa de efetivo ingresso universal dos jovens na Universidade. Por exemplo, com parcerias com outras instituições públicas e com a comunidade regional, possibilitar que todos que desejassem, mediante alguns critérios, pudessem ingressar no primeiro ano do 3º grau após a conclusão do ensino médio e, de alguma forma, realizar aprendizagens já produtivas, integradas à Universidade, nas diversas áreas do conhecimento, com monitorias de estudantes e acompanhamento de professores e profissionais, ocupando os prédios e equipamentos públicos nos três turnos e fazendo acontecer a efetiva extensão universitária até a comunidade. Experimentariam, os jovens estudantes, fazeres e pesquisas, numa espécie de feira das profissões permanente e imediatamente produtiva, ampliada na região. A partir do desempenho e habilidades demonstradas, estariam de alguma forma sendo avaliados para dar continuidade às atividades. Os jovens estão aí, sem nenhum programa ocupacional que dê sentido ao seu tempo livre. Essa enorme energia, às vezes acaba canalizada para atos de transgressão e, às vezes, termina em desesperança. Talvez esse seja, ao mesmo tempo, o melhor “primeiro emprego” e a melhor atitude contra práticas racistas, que matam pessoas que “não parecem ser dentistas” ou que expulsam pessoas de shopping por que “não têm perfil de consumidor”.
2. **SOBRE O ACESSO: As Universidades Públicas devem garantir o acesso de estudantes de negros e de classes populares. Antes de tudo, é necessário assumir a opção ética de lutar pela igualdade e pela ampliação da esfera pública, condição essencial para a sua democratização. A defesa da educação pública também se faz com atitudes que visem tornar pública a própria instituição. Mais que discursos, é preciso que aceitar o desafio de desenvolver ações concretas no seu próprio interior.** Duas propostas podem ser desenvolvidas:

- a. Cotas para negros, indígenas, deficientes, escolas públicas e estudantes de família de baixa renda. Nós consideramos que devem ser reservas 50% das vagas para esses grupos.
 - b. Isenção de taxa de vestibular todos os estudantes oriundos de cursos pré-vestibulares populares e escolas públicas, sem limites de quantidade e dentro de uma faixa de renda a ser definida. A referência de renda familiar que consideramos justa é a oferecida pelo DIEESE. Deve-se aplicar os critérios econômicos também entre os negros, para evitar injustiças e não prejudicar os mais pobres.
 - c. Utilização do ENEN, pelo menos como parte do processo de seleção de novos estudantes.
 - d. Nas instituições públicas, garantir para docentes de ensino básico público em todos os cursos de graduação, pós-graduação e **programas de extensão e formação continuada.**
3. **Sobre a questão da PERMANÊNCIA: Uma Política de Permanência de Estudantes** deve ser consubstanciada com a criação, dentro da estrutura da instituição de ensino superior, de Núcleos de Assistência ao Estudante para coordenar as ações propostas. Para evitar distorções e não deixar de fora os mais pobres, a política de permanência deverá **priorizar o atendimento aos alunos e alunas isentos de taxas de vestibular e com menor renda familiar per capita, mantendo o equilíbrio racial proposto pela política de cotas;**
4. Como elementos da Política de Permanência de Estudantes e prioritariamente direcionadas aos estudantes isentos de taxa de vestibular, as ações propostas são:
- a. Bolsas de Estudos (vinculadas a atividades acadêmicas), já a partir do primeiro período;
 - b. Auxílios para Alimentação, Transporte e aquisição de material;
 - c. Cursos de Nivelamento (Informática, Idiomas, Redação, Matemática Básica, Leituras Básicas, Técnicas de Estudos, etc.). Nesse caso, pode-se

pensar nos cursos pré-vestibulares populares como interlocutor e como um recurso a ser mobilizado.

- d. Melhoria da qualidade das Bibliotecas (ampliação de acervos) e ampliação do acesso aos serviços da Internet (e-mails, www, ftp, etc);
- e. Criação de um Fundo Financeiro e estabelecimento de uma linha de crédito (Banco do Estudante) para financiar a compra de material aos estudantes (Estudar valores máximos, prazos de carência, juros, etc).
- f. Criação de um programa de estágios (além dos estágios obrigatórios) e conhecimento de mercado, que possa colocar o estudante em contato com as empresas, as dinâmicas, as demandas e as possibilidades profissionais;
- g. Estabelecimento de um Programa de Economia Solidária (incubadora de empresas) que possibilite assessoria, treinamento e estrutura para a realização de estudos e apoio a experiências de geração de renda;
- h. Desenvolvimento de atividades formação de professores (seminários, minicursos, debates) sobre Relações Raciais, Diversidade Sócio-Cultural, Desigualdades Sociais, Ações Afirmativas, na perspectiva de produzir uma nova cultura interna e novas metodologias para trabalhar com um público para o qual a maior parte do corpo docente não está preparada para trabalhar. Será preciso enfrentar o preconceito e a discriminação que, ao nosso ver, se explicitará a partir de entrada de estudantes negros e carentes na universidade. O que mais nos preocupa é o preconceito e a discriminação de professores;
- i. Criação, no Núcleo/Departamento, de um Grupo de Estudos, Acompanhamento e Avaliação da Política de Permanência de Estudantes, composto por professores, alunos e interlocutores de movimentos sociais, para produção de dados, análises e instrumentos que contribuam para dar mais qualidade as ações do Núcleo/Departamento e as propostas de melhoria da qualidade do ensino básico.

5. Sobre a questão da AUTONOMIA e GESTÃO DEMOCRÁTICA, temos algumas propostas:

- a. A autonomia da universidade não pode mais ser entendida como uma espécie de “democracia grega”, ou seja, em que somente “os de dentro” podem decidir. Por isso, **é necessário que haja uma instância de interlocução entre Universidade e Sociedade, ou seja, um Conselho** que ajude a universidade a definir políticas, projetos, prioridades de pesquisa, Planos de Desenvolvimento Institucional e que seja, também, um fórum de prestação de contas da Universidade para a sociedade.
- b. Obrigatoriedade de publicação na Internet dos relatórios de gestão financeira e de todas as monografias, dissertações, teses e relatórios de pesquisa, principalmente as pesquisas financiadas por agências estatais de fomento.

Pré-Vestibular para Negros e Carentes

Brasília, DF, 30 de março de 2005.